



GT 69. Práticas, políticas e discursos no campo da saúde mental

Coordenador(es):

Érica Quinaglia Silva (UNB - Universidade de Brasília)

Sônia Weidner Maluf (UFPB - Universidade Federal da Paraíba)

Sessão 1

Debatedor/a: Ana Paula Müller de Andrade (Universidade Estadual do Centro Oeste -UNICENTRO)

Este Grupo de Trabalho (GT) visa a reunir pesquisas que abordem práticas, políticas e discursos no campo da saúde mental. A proposta comporta, de um lado, abordagens das práticas de autoatenção e cuidado, itinerários, agenciamentos sociais, saberes locais e/ou tradicionais como estratégias de sujeitos e coletividades para vivenciar e agenciar o processo de saúde-adoecimento mental; e, de outro, políticas públicas e ações do Estado, processos de institucionalização e/ou desinstitucionalização, redes de atendimento, políticas pretensamente universais e seus mecanismos discricionários nos modos desiguais de distribuição de direitos, incluindo as mudanças na política nacional de saúde mental e de álcool e outras drogas desencadeadas desde 2016. Assim, etnografias do Estado e das políticas públicas, em serviços de saúde mental e instituições psiquiátricas, sobre itinerários, histórias de vida, práticas de usuários, familiares e profissionais da saúde são alguns temas previstos. Gênero e sexualidade, raça, classe, etnia, geração e deficiência são alguns dos marcadores sociais que serão considerados nas discussões do GT. A intenção é proporcionar a interlocução entre trabalhos que apresentem reflexões baseadas em pesquisas e/ou experiências que contribuam para a ampliação da compreensão das questões atinentes aos processos de sofrimento, aflição, perturbação e/ou adoecimento no campo em questão, suas práticas, políticas e discursos a partir de um olhar antropológico.

Aculturalidade e hiperculturalidade: entre saberes e crenças em um serviço de saúde mental para imigrantes e refugiados.

Autoria: Alexandre Branco Pereira (UFSCAR - Universidade Federal de São Carlos)

O objetivo deste work é refletir sobre a invenção da cultura em um serviço de saúde mental para imigrantes e refugiados auto-denominado como transcultural, discutindo também a participação de um antropólogo no serviço hospitalar. Tomando como base os postulados de Roy Wagner, Isabelle Stengers e Bruno Latour, intenciono debater como médicos psiquiatras e residentes em psiquiatria articulam o dualismo entre crença e saber, equivalendo crenças culturais de imigrantes e refugiados ao falseamento de uma realidade unívoca acessada pelos saberes biomédicos. Dessa forma, apoiando-se nos postulados da psiquiatria transcultural, psiquiatras concedem aos pacientes os modelos explicativos da doença, ou a sintaxe dos processos patológicos, ao passo que possuem acesso, por meio dos conhecimentos biomédicos modernos, à univocidade das Patologias mentais, inscritas no cérebro. Cultura, então, torna-se a camada acessória a ser retirada do caminho para a boa consecução dos métodos terapêuticos preconizados pela biomedicina moderna. Além disso, também reflito sobre os processos dinâmicos e incessantes de invenção e contra-invenção a respeito de qual seria a atuação de um antropólogo em um serviço de saúde mental para pessoas portadoras do que era definido enquanto ?vulnerabilidades linguísticas e culturais?. A partir disso, apresento as lógicas dos maquinários de produção e assimilação (ou não) das diferenças por meio da separação do mundo entre aqueles que crêem e aqueles que sabem, ou os pré-modernos e os modernos. Por fim, proponho o povoamento desses contextos e cenários por antropólogos, levando a sério as dimensões simbólicas nos contextos de saúde e produzindo dado e cuidado.



**Reunião Brasileira
de Antropologia**

SABERES INSUBMISSOS:
DIFERENÇAS E DIREITOS
RIO 2020

www.portal.abant.org.br/evento/rba/32RBA

ISBN: 978-65-87289-08-3



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: